
SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

Brinquedos têm sexo? O que pensam as educadoras sobre a divisão sexual dos brinquedos infantis?

Toys have sex? What do educators think about
the sexual division of children's toys?

Antonia Camila de Oliveira Ramalho ¹

Resumo: O presente trabalho versa sobre a análise da ideologia patriarcal/capitalista na definição dos brinquedos e brincadeiras infantis. Nesta perspectiva, propusemos identificar como a educação pública, em Mossoró/RN, estabelece os brinquedos e brincadeiras para as crianças, segundo o sexo. A análise presente se utilizou dos fundamentos do materialismo histórico-dialético e do feminismo. Como uma investigação de natureza qualitativa, utilizamos a pesquisa bibliográfica e de campo. Para a coleta dos dados utilizamos como instrumento a entrevista contendo um roteiro de perguntas semiestruturadas. Para tanto, realizamos a

¹ Especialista em Gestão Pública pelo IFRN. Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN. Foi residente no Programa de Residência Multiprofissional na Saúde da Família da UFJF. Atualmente é assistente social da Prefeitura do Natal, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) com atuação na Unidade de Pronto Atendimento-PA.

pesquisa de campo em unidades de educação infantil em Mossoró/RN. Assim, compreendemos que o brinquedo é funcional ao capital, à medida que contribui na naturalização da divisão sexual do trabalho, a qual é imprescindível para a produção e reprodução do capital, ao reduzir custos e superexplorar a força de trabalho.

Palavras-chave: patriarca; capitalismo; educação; divisão sexual dos brinquedos infantis.

Abstract: The present work deals with the analysis of patriarchal / capitalist ideology in the definition of children's toys and games. From this perspective, we proposed to identify how public education, in Mossoró/RN, establishes toys and games for children, according to sex. The present analysis was based on the foundations of materialism-historical and dialectical and feminism. The present analysis was based on the foundations of materialist-historical and dialectical and feminism. As an investigation of a qualitative nature, we used bibliographical and field research. In order to collect the data we used as an instrument the interview containing a script of semi-structured questions. To do so, we conducted field research in infant education units in Mossoró/RN. Thus, we understand that the toy is functional to capital, as it contributes to the naturalization of the sexual division of labor, which is essential for the production and reproduction of capital, by reducing costs and overexploiting the labor force to capital.

Keywords: patriarch; capitalism; education; sexual division of children's toys.

Introdução

Os brinquedos, objetos *corriqueiramente utilizados em momentos de brincadeiras, são apreendidos na práxis utilitarista numa dimensão aparentemente lúdica*, marcada pela não seriedade. Revelam-se, todavia, como instrumento ímpar de reprodução da ideologia patriarcal-capitalista. Na aparência do cotidiano nem sempre é possível notar a marca dessa dominação ideológica, que tenta forjar e manipular a consciência das crianças e impor aspectos peculiares do modo pelo qual a sociedade patriarcal-capitalista é pensada, reproduzida, figurada e apresentada em brinquedos. Desta forma, muitos brinquedos são produzidos com a intenção de ensinar às crianças diferentes funções e comportamentos socialmente aceitos. Trata-se, portanto, de explicitar diferenças estereotipadas de

cada sexo, separar, delimitar espaços e induzir as crianças a agirem conforme o binômio “feminino” e “masculino”, pautado pela lógica da divisão sexual do trabalho.

Desse modo, esta pesquisa se propõe analisar os brinquedos e brincadeiras na estruturação dos papéis patriarcais presentes na educação sexista. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar de que forma a ideologia patriarcal se expressa em brinquedos e brincadeiras na educação pública infantil, em Mossoró/RN. Para alcançar tal objetivo, traçamos como metas específicas: investigar como as determinações materiais e ideológicas do patriarcado impactam na definição dos brinquedos infantis; compreender como os brinquedos e brincadeiras são trabalhados, segundo o sexo, na educação pública infantil, em Mossoró/RN, bem como identificar a compreensão dos/as educadores/as sobre a divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis.

A pesquisa é pautada numa abordagem qualitativa, posto que a mesma possibilita compreender a realidade em sua totalidade, permitindo apreender o objeto numa dimensão crítica para além da aparência e causalidades dos fenômenos.

Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e de campo em duas escolas públicas de educação infantil em Mossoró (Unidade de Educação Infantil (UEI) Adalgiza Fernandes Moreira e na Escola Municipal Monsenhor Motta), nas quais fizemos três entrevistas semiestruturadas com as educadoras dessas unidades, a fim de investigar como eles compreendem a divisão sexual dos brinquedos e das brincadeiras infantis.

Outrossim, a entrevista dessas educadoras foi um momento difícil, por termos delas respostas que reforçam a cristalização de papéis conservadores e dicotômicos entre homens e mulheres, bem como reproduzem o sistema patriarcal, nos moldes da família heterossexual.

Sendo assim, foi por meio deste caminhar dialético, por vezes conturbado, conflituoso, com ou sem obstáculos, que nos propusemos a desenvolver este trabalho.

Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal

Este item se debruça na análise sobre a relação entre o método marxista e as categorias divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis, procurando demonstrar como o materialismo histórico-dialético contribui para uma análise das categorias supracitadas, permitindo ir além da aparência dos fatos em si, em busca de suas conexões com a estrutura que compõe o sistema patriarcal, capitalista, sexista e racista. Para tanto, tal método é fundamental para compreender o que está para além das aparências fantasmagóricas, acreditadas aos brinquedos e brincadeiras infantis.

Assim, propomo-nos a analisar os brinquedos numa abordagem de cunho dialético, inseridos e produzidos pela sociedade capitalista. Neste estudo, os brinquedos e brincadeiras são vistos como manifestações concretas da ideologia patriarcal/capitalista que reproduz aspectos do modo pelo qual este sistema é pensado e materializado na vida real dos sujeitos. Trata-se, portanto, de um exercício crítico, a fim de compreender o conteúdo material que permeia as representações presentes nos brinquedos e brincadeiras que refletem na consciência das crianças uma sociedade patriarcal-racista-capitalista.

Para Oliveira (1986, p. 9), o brinquedo constitui-se num “instrumento ímpar para se captar aspectos peculiares do modo pelo qual a sociedade é pensada, reproduzida, figurada, representada simbolicamente”.

Os brinquedos, no processo de produção capitalista refletem as relações sociais, pensadas para geração de lucro acima de tudo, o que demanda a reprodução de valores dominantes. Para tanto, impõe-se a legitimação de um modelo hegemônico de família nuclear heterossexual, o reforço de padrões patriarcais para meninas e meninos, diretamente associado à divisão sexual do trabalho que é funcional para produção e reprodução do metabolismo do capital.

Assim como qualquer outra mercadoria, os brinquedos não têm apenas valor de uso para satisfazer as necessidades das crianças ou valor de troca para se realizar como intercâmbio, antes de mais nada,

pois eles estão implicados às relações sociais, no valor trabalho que envolve produção, consumo, troca e circulação, simultaneamente. De acordo com Oliveira (1986, p. 41), neste processo:

[...] as relações sociais ficam embutidas e mascaradas nos brinquedos, assumindo a forma de objeto coisificado, pois eles, como qualquer outra mercadoria, também trazem em si o fetiche. Não têm apenas um valor de uso para satisfazer necessidades lúdicas; ou apenas um valor de troca para se realizar enquanto intercâmbio.

Deste modo, mercadoria fetichizada nos brinquedos exprime necessidades criadas pelo capital, implicada em um conjunto de determinações que vão além do produto/brinquedo como mercadoria, já que “envolve também relações mais profundas, tão mais significativas, na medida em que interferem na formação da criança, nos seus hábitos, no seu modo de ser”. (OLIVEIRA, 1986, p. 49).

Nesse sentido, percebe-se que os brinquedos são embebidos da ideologia patriarcal-capitalista, a qual deforma a consciência humana, inverte a realidade, à medida que estes expõem diferenças estereotipadas de características de cada sexo, separam, delimitam espaços e induzem as crianças a comportar-se, agir e fazer escolhas conforme o sexo “feminino” e “masculino”, e tudo o que se diferencia deste padrão hegemônico é visto como anormal, desviante e transgressor. De acordo com Cisne (2015, p. 149):

A divisão dos seres humanos de forma binária entre homens e mulheres obedece a um sistema de valores, atributos e normas que fixam o que é considerado “feminino” e “masculino”, de forma não apenas binária, mas hierárquica, à medida que o segundo engendra valor e prestígio em detrimento do primeiro, que é desvalorizado. Com esse parâmetro, fixa-se como verdades, definições sociais, estabelecendo o que é um homem e uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção. Além, é claro, de estabelecer o que é e o que não é socialmente aceitável.

Esta distinção binária entre homens e mulheres sustenta-se por uma base de naturalização alimentada pela ideologia dominante que

encontra pilar de sustentação na educação sexista e alienante, entendida como aquela que não apenas diferencia meninas e meninos, mas educa de forma desigual. Desde a primeira infância, meninas e meninos recebem uma educação sexista para aceitarem e assumirem rótulos que a sociedade patriarcal-capitalista convencionou chamar de normal, inerente à natureza mesma das coisas, na qual dela não se pode fugir (CISNE, 2015). Nesta relação, para os meninos espera-se que desbravem o espaço público, desenvolvam sua capacidade de liderança e de racionalidade. Das meninas espera-se delicadeza, cuidado e dedicação com o espaço privado da casa, sensibilidade, doçura e beleza, bem aos moldes do bela, recatada e do lar.

A naturalização sobre essas características são associadas à lógica que rege a divisão sexual do trabalho, relação central para o entendimento da desigualdade entre homens e mulheres. Aos primeiros, destina-se o mundo público e reprodutivo, da valorização, do reconhecimento. Às últimas, o mundo privado e da reprodução social, destinado ao trabalho doméstico e procriativo, assumindo um lugar basilar para reprodução do sistema sociometabólico do capital.

Percebe-se que o consumo de brinquedos, aos moldes do capital, possui implicações que remetem e se articulam diretamente com a sociedade, representando aspectos da realidade determinada pelas ideias dominantes.

Os brinquedos representam significados e modos de ser de uma sociedade que se expressa por meio da relação de poder inscrita em papéis e, por vezes, expõe em brinquedos suas tecnologias, ferramentas e instrumentos representados em carrinhos, em bonecos com poderes superiores, trenzinhos, aviõezinhos, robôs, brinquedos que envolvem a construção civil e a engenharia, dentre outros, considerados como brinquedos de meninos. Percebe-se que os brinquedos para as meninas são classificados de acordo com profissões e papéis ‘femininos’, sem nenhuma avaliação ou colocação em prática de prestígio social, estando associadas a ser mãe, dona de casa, cozinheiras, enfermeiras, cabeleireiras.

No próximo item, buscaremos, a partir da pesquisa de campo, identificar como se expressa a divisão sexual dos brinquedos e brin-

cadeiras, na educação pública infantil, em Mossoró/RN, tomando por base a apreensão das educadoras em entrevistas sobre a divisão sexual dos brinquedos e brincadeiras infantis.

O que pensam as educadoras sobre a divisão sexual dos brinquedos infantis?

Conforme sinalizado, realizamos entrevistas semiestruturadas com três professoras, nas escolas escolhidas como lócus da pesquisa. As professoras, que foram entrevistadas, têm entre 41 a 48 anos de idade. Todas residem em Mossoró, e são naturais desta mesma cidade. Em relação à religião, duas responderam que são católicas e uma evangélica. No que concerne à raça duas responderam que se consideram pardas e uma branca. Todas as entrevistadas possuem nível superior de Pedagogia, sendo que apenas uma tem especialização em Psicopedagogia. Todas possuem entre 20 a 30 anos de magistério. Todas têm entre 1 a 2 filhos. No que concerne ao estado cível, duas são casadas e uma é viúva. No que diz respeito à renda, varia entre 2 a 6 salários mínimos. Todas as entrevistadas afirmam que não participam de movimentos sociais ou organização política. Vale ressaltar que, para preservar a identidade das entrevistadas, atribuímos-lhes nomes fictícios, garantindo o anonimato comprometido.

Todos os entrevistados são do sexo feminino, fato comum nas escolas de formação de professores. Acreditamos que este fato perpassa as relações sociais de sexo, ao relacionar a educação infantil de meninas e meninos ao cuidado “atributo feminino”. Neste ponto, as professoras ainda são vistas em seu trabalho na educação infantil associado ao cuidado diretamente relacionado com seu papel de mãe/tia. Nas escolas, não presenciamos nenhum professor lecionando nas *séries iniciais* (maternal I e II), todas são mulheres, constantemente chamadas de tia pelas crianças. O que parece é que a questão da maternidade está atrelada à educação infantil, como suporte das práticas pedagógicas e imaginadas como extensão do amor materno. De acordo com Louro (1997, p. 88):

[...] a escola é feminina, porque é, primordialmente, um lugar de atuação de mulheres – elas organizam e ocupam o espaço, elas são as professoras; a atividade escolar é marcada pelo cuidado, pela vigilância e pela educação, tarefas tradicionalmente femininas. Além disso, os discursos pedagógicos (as teorias, a legislação, a normalização) buscam demonstrar que as relações e as práticas escolares devem se aproximar das relações familiares, devem estar embasadas em afeto e confiança, devem conquistar a adesão e o engajamento dos/as estudantes em seu próprio processo de formação. Em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas deve guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes.

Antes de iniciarmos as entrevistas, uma das professoras organizou uma “rodinha” com seus/suas alunos/as e, em seguida, fez uma oração. Parece-nos que a ideia da escola ser laica não se aplica na realidade concreta, tendo em vista que a presença da religião aparece tanto nesta situação como na fala da professora. Ao perguntarmos se elas discutem questões de gênero na sala de aula, obtivemos a seguinte resposta:

Eu sou o seguinte, eu fui educada numa educação tradicional, sou evangélica, tenho meu conhecimento da Bíblia, eu acho que menino é menino e menina é menina, o que não impede de menino brincar com menina, nem menina brincar com menino, podem brincar a vontade juntos, entendeu?, mas há determinadas situações em que eu incentivo os meninos a brincarem, quando eu vejo um menino querendo brincar com uma boneca, eu, particularmente, acho se ele tá em formação isso vai interferir na orientação sexual dele. Eu vejo porque quando é uma criança criada pela avó ou pela mãe sozinha com as irmãs, ele tende a brincar mais só com bonecas, com coisa que envolve atividade domésticas, por isso eu incentivo o menino a brincar com os meninos, embora isso impeça que quando estiverem todos juntos brinquem juntos, mas ele só brincar com meninas não, tenho que incentivar ele a brincar com os meninos também, incentivo pra eles interajam tanto com um quanto com o outro porque tem crianças que só querem brincar com o oposto, tá entendendo? Eu, particularmente, incentivo. (professora Matildes).

Eu acho que pode interferir, logo assim, eu sou de uma família muito religiosa, e como eu disse pra você, as próprias religiões, elas tentam a todo custo dizer que isso não é uma questão... por exemplo, aqui as crianças não nascem com isso, né? (professora Suzana).

Deste modo, a incorporação, por parte das professoras, de princípios religiosos contribui com a produção e reprodução de princípios, (des)valores, preconceitos que reforçam a dominação e o controle das mulheres por meio de ensinamentos de cunho conservador, preconceituoso e estigmatizante. E ainda contradiz o princípio da laicidade do Estado, do qual a escola faz parte, tendo em vista que a escola pública laica deve ser livre de convicções religiosas. No entanto, as professoras afirmam que um dos motivos de não trabalharem com a discussão de gênero se dá pelo fato de ir contra seus princípios religiosos. No entanto, sabe-se que a laicidade do Estado deveria ser entendida como um dispositivo democrático que garante a independência do Estado para decidir sobre os assuntos de interesse público, e deve ser indiferente aos dogmas religiosos. O que significa: [...] que um Estado laico não pode tomar como referência para legislar sobre a vida dos indivíduos concepções, convicções e valores fundados em dogmas religiosos. (CFESS MANIFESTA, 2016).

Ao perguntarmos para as entrevistadas se existem diferenças entre meninas e meninos, se sim, quais. Obtivemos as seguintes respostas:

Do meu ponto de vista existe sim, embora tenha essas mudanças recentemente nessa questão de gênero, eu acredito, até porque também os pais acreditam né? A gente tem que respeitar as opiniões dos pais e também na minha formação, mas eu tento me adequar a essas mudanças, mas tem coisas que [...] (professora Suzana).

Resposta: Existe sim. Na escola da criança, enquanto infantil não muito, mas eu creio que seja assim... da criação, do que já vem de casa. Eles próprios já fazem um pouco de divisão né? A menina evita... apesar que eu observo as crianças brincando na minha rua, minha filha e tal... eles brincam juntos, meninas e meninos, eles brincam de elástico, brincam tudo juntos, mas ainda tem um pouco de divi-

são, né? Nem toda brincadeira o menino entra e nem toda brincadeira a menina entra. Eu vejo mais a diferença nos brinquedos e brincadeiras, eu vejo isso [...] (professora Matildes).

Eu percebo nas minhas crianças diferença de comportamento. Eu percebo as meninas mais calmas, se bem que tem meninas com comportamento bem equiparado ao dos meninos, têm comportamento agressivo também, mas geralmente as meninas são bem mais calmas [...] (professora Helena).

Deste modo, todas as professoras percebem que existem diferenças entre meninos e meninas, embora não façam uma crítica a tal dicotomia, posto que compreendem isso como algo natural. A concepção de naturalização dos sexos está firmada sobre uma base de alienação da consciência humana, que impede as pessoas de notarem essas contradições, o que limita a possibilidade desses sujeitos questionarem tal estruturação. Neste sentido, os meninos foram apontados como agressivos, agitados, violentos, enquanto as meninas foram consideradas como calmas, delicadas. Quando as professoras naturalizam essas diferenças, não percebem que as manifestações de tais preferências são reflexos do seu contato com a família, comunidade e escola. Nesse sentido, as escolhas, as preferências das crianças são fruto de determinações sociais, e nada tem de inato.

A feminista francesa Colette Guillaumin (2014) desenvolve uma preciosa análise sobre a prática do poder e a ideia de natureza, ou melhor, sobre a ideologia que naturaliza a subordinação das mulheres, pretensamente utilizada para justificar a apropriação das mulheres pelos homens.

Para a autora, é por meio da ideologia naturalista que se legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e irracionalização do seu ser. Neste processo, são consideradas como uma propriedade natural dos homens, e como tal, pertencem em seu conjunto a ele. Tal ideologia concebe a mulher como natural, e sua condição de subordinação, justifica-se pelo seu destino biológico.

Neste sentido, o naturalismo tem base material apoiada no processo de apropriação e exploração, definidas pela sociedade por

meio da ideologia biologizante do sexo para justificar as contradições e as desigualdades entre homens e mulheres.

A naturalização desses padrões de feminilidade e masculinidade pode ser ilustrada nas seguintes falas:

As meninas preferem coisa mais tranquila, mais calma. Os meninos brincam muito de luta. Então quando elas vão, voltam sempre chorando porque se machucam. Porque a brincadeira deles é bem forte, violenta, eu acho. Brincadeiras que envolvem força, que rola no chão, dá murro na barriga [...] (professora Matildes; escola 2).

As brincadeiras delas (meninas) são bem mais centradas, gostam mais de brincadeiras de faz de conta, né? De objetos de faz de conta, de objetos de encaixe. Os meninos preferem brincar assim... de luta, com arma de brinquedo, com qualquer coisa eles fazem uma arma, até com um lápis... brincadeiras com bolas, correndo. Já as meninas não, gostam mais escorregar, balançar, uma brincadeira mais calma [...] (professora Helena; escola 1).

Podemos perceber que a escola constrói relações desiguais entre os sexos. O olhar das professoras em relação aos meninos e às meninas parece demonstrar que elas reproduzem essa dicotomia ao entender as crianças a partir do seu sexo biológico, o que contribui para a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres. Por meio do discurso das professoras, aparece uma lógica que vê, de forma homogeneizada e harmônica, meninas e meninos, como parte do fluxo natural da espécie humana. “Mas, outra vez, se recorre ao elemento ‘biológico’ de maneira alguma comprovada, para explicitar aquilo que pode encontrar uma explicação igualmente plausível no elemento ‘social’”. (BELOTTI, 1983, p. 82).

É importante salientar que o fato dos meninos preferirem carrinhos e as meninas bonecas, por exemplo, nada tem de biológico. Tais escolhas estão baseadas nas determinações e influências sociais que vão sendo construídas, desde a primeira infância. Desse modo, vai sendo acionado na mente das crianças um arsenal de normas de comportamento e conduta (referenciadas pelos adultos, reforçadas pela mídia e comercializadas pelas lojas) para que elas sigam tais

nuances de acordo com o sexo “feminino” ou “masculino”. “Esse processo reflete-se nos tipos de brinquedos que lhes são permitidos e disponibilizados: para que as crianças ‘aprendam’, de maneira muito prazerosa e mascarada, a comportar-se como ‘verdadeiros’ meninos e meninas” (VIANNA; FINCO, 2008, p. 272-273). Assim, meninas e meninos desenvolvem comportamentos, habilidades, aptidões, a fim de atender as expectativas do modelo hegemônico de masculinidade e feminilidade. Muitas vezes, uma instituição, como a escola, acaba por reforçar esse paradigma, quando afirma que existe diferença entre brinquedos de meninas e meninos e justifica tal diferença fundamentada na biologia ou nos pressupostos religiosos, como se essas escolhas estivessem deslocadas da base social e dadas como um fato natural. As professoras consideram comum que as meninas e meninos desempenhem comportamentos, habilidades, potencialidades que correspondam a determinadas características, conforme o sexo da criança. Vale salientar que, mesmo em um espaço que se apresenta fixo e cristalizado, ainda há resistências e transgressões, quando, por exemplo, um menino brinca com brinquedos considerados de menina ou quando uma menina joga futebol com os meninos.

Há também, na fala das professoras, a ideia de que a escola não tem influência na perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres, e que as diferenças estereotipadas entre os sexos advêm da família, da sociedade, como se a escola não fosse parte constituinte dessa estruturação. Compreendemos que a classe dominante, para garantir sua hegemonia, utiliza-se de aparelhos ideológicos do Estado, sendo a escola um destes, assume uma posição preponderante, devido sua função de introjetar na mente das crianças um conjunto de valores da classe dominante, apresentando a visão de mundo em que a estrutura desigual de classe mostra-se natural.

Ao perguntar para uma professora o que ela acha de meninos poderem brincar com brinquedos considerados de meninas:

(Risos.) Ah, sim, eu não estou totalmente aberta pra essas mudanças não, sabe? Até porque eu penso muito assim no... por exemplo, um menino chegar em casa e falar pai eu hoje brinquei com uma boneca que minha tia deixou, com certeza isso vai trazer problemas pra

gente porque você sabe que a gente vive num mundo muito machista, entre os homem principalmente. (professora Suzana).

A professora relata ter medo de retaliação por parte dos pais, e considera isto como um dos grandes desafios para trabalhar as questões de gênero, posto que se ela deixar um menino brincar com uma boneca, por exemplo, os pais podem chegar na escola questionando o motivo dela ter permitido tal situação, o que segundo ela, pode gerar inúmeros problemas. Ela relata que já aconteceu uma situação na escola em que uma criança chegou em casa relatando para o seu pai que as crianças estavam brincando todas juntas, meninos e meninas brincando com brinquedos considerados do sexo oposto. No dia seguinte, o pai foi à escola questionar porque tinham permitido que tal fato acontecesse. Por isso, mantêm todo um cuidado para não gerar conflitos com a família; não pretendem confrontar os pais, posto que consideram muito difícil lidar com essa situação “nós temos pais que são super religiosos, que a igreja trabalha isso aí, homem é homem, mulher é mulher”. (professora Suzana).

Ela afirma também que evita trabalhar essas questões de gênero porque os pais não estão abertos a esse tipo de discussão, e nem os próprios professores “porque eu me lembro de um curso que a gente fez aqui no início do ano passado e foi uma rejeição total, pela maior parte dos educadores” (professora Suzana). Entretanto, ela declara que também não está aberta para a discussão de gênero.

Neste sentido, podemos perceber que a professora não sabe agir ou não quer agir diante da situação, e acaba por reforçar estereótipos e corroborar com o pensamento dos pais acerca da educação sexista. Desse modo, a professora reproduz, em sua prática pedagógica, a educação sexista, e utiliza-se dos limites impostos pela família das crianças para sustentar aquilo que é produzido também dentro da escola. Obviamente que é na família que se dá o primeiro contato das crianças com o mundo e as representações do feminino e do masculino, mas não se limita a isso. As escolas, assim como outras instituições, são mediadoras da ideologia sexista.

Ao perguntarmos para as professoras se elas acham que o brinquedo pode influenciar na orientação sexual, duas delas afirmaram que o brinquedo pode influenciar na orientação sexual das crianças, e apenas uma diz que não interfere, desde que a brincadeira seja coletiva. Entretanto, afirma que se fosse para presentear o seu filho com uma boneca seria diferente, não daria. Outra questão que vale salientar é a ênfase dada na fala das professoras em relação a uma suposta “neutralidade”, “imparcialidade”, o que parece mais uma recusa à discussão sobre as desigualdades entre os sexos, tendo em vista que tal questão causa um certo desconforto por parte das docentes, podendo gerar conflitos envolvendo valores de ordem pessoal. Tentar manter um discurso de neutralidade para contribuir com o fortalecimento de práticas sexistas e com a própria legitimação do sistema patriarcal-capitalista, tendo como pressuposto que, se ninguém questiona tal contradição, possivelmente compreende, embora inconscientemente, este sistema desigual como legítimo, inquestionável e universal. À medida que a escola não questiona de forma crítica a desigualdade entre os sexos contribui com a manutenção do *status quo* desse sistema sexista que mantém as mulheres numa condição de inferioridade e marginalidade, submetidas aos padrões e ditames do mundo masculino.

A fala da professora Helena é permeada por contradição porque, ao mesmo tempo em que ela afirma que o fato do menino brincar com bonecas não interfere na orientação sexual da criança, por vezes, ela afirma que não daria uma boneca para seu filho:

Não daria [...] agora é assim a gente tem que tá preparada se a opção sexual dos nossos filhos forem essa contrária a nossa ideia, aí a gente tem que tá preparada pra aceitar aquilo, lógico, mas assim em forma de dar o brinquedo que é dito pra menina ao menino, eu já não daria, certo? (professora Helena).

Percebemos também preocupação por parte das professoras com os meninos em relação ao brincar com bonecas, posto que elas compreendem que o fato deles brincarem com tal brinquedo pode contribuir na definição de sua orientação sexual futura. Pensamentos como estes geram preconceitos e discriminações, e contribuem para

a perpetuação de práticas homofóbicas e de desrespeito às mulheres. Nesse sentido, a boneca é interdita para os meninos desde a mais tenra idade. Entretanto, quando um menino espontaneamente resolve brincar com bonecas em grupos de meninas, isto é tolerado desde que assuma o papel de pai, marido, irmão, aprovados e reconhecidos como masculinos. Esse tipo de brincadeira que poderia ser amplamente libertadora, acaba por potencializar práticas dicotômicas e hierárquicas entre meninas e meninos.

Ao perguntar para elas se existem diferenças entre brinquedos de meninas e meninos, destacaram:

Afirmo sim, afirmo *eminente*mente. Pra mim existe brinquedo de menino e brinquedo de menina e as brincadeiras também [...] (professora Suzana)

Existe sim. As meninas preferem coisa mais tranquila, mais calma. Os meninos brincam muito de luta [...] (professora Matildes).

Podemos perceber nas falas o reforço na dicotômica entre homem e mulher como algo natural, justificado pela religião. Certamente, as professoras tiveram também uma educação sexista, autoritária e repressiva, por vezes, e, por conseguinte, costumam reproduzir de forma naturalizada tais ensinamentos, (des)valores no seu papel de educadora infantil.

A prontidão em anunciar as características das meninas e meninos revela o discurso naturalista de atribuir e classificar as crianças segundo o sexo. Ainda desconsideram que existem também meninas mais agressivas e briguentas e meninos mais calmos e dóceis. Isso se dá por causa dos estereótipos por sexo, e exceções são “divergentes” que fogem à regra. As diferenças entre meninas e meninos já são estabelecidas antes mesmo delas nascerem e são tratadas como fenômenos biológicos, inatos. Quando perguntamos para as professoras qual o fator que determina as diferenças segundo o sexo, todas afirmam que tais diferenças se tratam de fatores biológicos. No entanto, percebemos enormes confusões, contradições de ideias e falta de reflexão sobre a problemática que envolve as determinações sociais. Ainda afirmam que as crianças já chegam à escola com essas diferenças bem

estabelecidas devido à educação da família, mas não consideram essa dicotomia entre os sexos como produto e resultado também da escola. Neste sentido, elas falam simultaneamente da suposta natureza feminina e masculina como um condicionamento da família, mas se isentam de qualquer responsabilidade declarando “eu deixo que todos brinquem juntos”, mas não fazem nenhum esforço em contribuir com novas mudanças nas relações entre as crianças. Elas acham que estão ali simplesmente para ensinar as crianças a ler, escrever, e demonstram estarem despreocupadas com o que as crianças são ou podem vir a ser. Assim, tendem a propor práticas e esquemas educacionais concatenados com seus valores, princípios e crenças pessoais, quase sempre sem grandes mudanças que possam atingir suas convicções.

As professoras relatam que costumam usar em sala de aula brinquedos “educativos”, como jogos. Mas, no recreio, as crianças se divertem com brinquedos da própria escola e outros que as crianças trazem de casa, como bonecas, carrinhos, panelinhas, bolas, e geralmente se dividem em grupos, de acordo com o sexo. Neste contexto, os meninos rejeitam brincar com brinquedos considerados de meninas, principalmente com bonecas. Na hora da brincadeira, eles preferem brincar de correr, de lutar, de super herói, de futebol, de polícia e ladrão. Já as meninas preferem coisas mais “calmas” como brincar com as bonecas, no balanço, de casinha, de fazer comidinha. As professoras acreditam que os meninos tendem naturalmente aos brinquedos e brincadeiras que envolvem força, briga, enquanto as meninas preferem brincadeiras mais “calmas”, devido a sua natureza dócil. Estas também acreditam que a destinação das brincadeiras e dos brinquedos, segundo o sexo, é reflexo da própria sociedade, como se escola não tivesse nenhuma parcela de participação nesta divisão.

Dizer que esta separação não existe na escola, significa ocultar as contradições que permeiam os espaços da educação infantil formal. E desvincular postura e comportamento sexista de professores e educadores, em virtude de suas convicções religiosas, destoa a educação de sua dimensão laica e democrática.

Tal fato nos permite pensar o modelo de educação que temos, reflexo da história do nosso país, marcada pelo autoritarismo, conser-

vadorismo e práticas religiosas, alimentada por aqueles que detêm o monopólio do ensino (projeto de educação burguesa). Embora ao longo dos tempos a educação tenha passado por algumas reformas, não foi capaz de gerar as transformações necessárias que a coloque na condição real concreta de uma educação pública, laica e igualitária. Para que seja possível construir uma educação igualitária e emancipatória é fundamental que os/as professores/as sejam capazes de direcionar as crianças para o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem crítico, reflexivo, voltado não apenas para formar profissionais, mas também pessoas críticas e capazes de fazer escolhas e respeitar as diferenças. Este caminhar vai muito além da transmissão de conhecimentos. É uma troca que exige compromisso e força de vontade para mudar a história, e, sobretudo, construir uma sociedade em que todos sejam realmente livres.

Desta forma, meninas e meninos devem ser educados e induzidos a associarem seus corpos, dotados de pênis ou vagina, a suas escolhas, comportamentos e interesses sexuais, referenciando que o sujeito-homem deve se interessar sexualmente por mulheres, e, da mesma forma, o sujeito-mulher deve se interessar sexualmente por homens. Tudo o que foge a este padrão é dito como anomalia, desvio, transgressão, anormalidade, sendo, na maioria das vezes, repudiado, violentado, discriminado e, por vezes, morto. A título de exemplo, trata-se de bissexuais, travestis, gays, lésbicas, transexuais e transgêneros, que não correspondem ao comportamento e orientação sexual, normatizada heterossexual, imposta pela sociedade como normal. Estes sujeitos mencionados são socialmente coagidos, excluídos e punidos, inclusive no espaço escolar, que é resultado da alta evasão escolar, e marginalizados no mercado profissional. Todavia, sendo este campo permeado por contradições, há também espaço de luta e resistência em prol de processos formativos que dialoguem com as demandas da classe trabalhadora, voltados para as demandas do ser humano em sua pluralidade.

Ainda sobre a pesquisa de campo, ao perguntarmos se elas consideram que existem brinquedos e brincadeiras mais adequados para meninas e meninos, de acordo com o sexo, duas professoras consideram que sim, concordam com essa distinção. Apenas uma

afirma que só existe essa diferença nas brincadeiras de faz de conta, mas também não questiona essa separação.

Podemos perceber que a escola (embora nem todas) tentam fixar um modelo de identidade sexual heterossexual. Todos aqueles que ousam se expressar de forma diferente do tido “normal” são alvo constante de vigilância, cujas expressões da própria sexualidade são remetidas para o secreto âmbito privado, ou seja, para a família.

As coisas se complicam ainda mais quando as/os professoras/os percebem as crianças com atitudes e comportamentos que fogem do padrão heterossexual, o que parece ser mais fortemente presente no controle da sexualidade masculina, tendo em vista que tal padrão é acompanhado pela rejeição da homossexualidade (o que não significa que não exista forma de resistência a esse padrão hegemônico dentro da própria escola), ainda que de forma velada. Quando, por exemplo, a professora chama atenção do menino, de forma negativa, pelo simples fato dele estar brincando com uma boneca, gera na criança, muitas vezes, um sentimento de vergonha e arrependimento como se estivesse fazendo algo errado.

Ademais, quando os meninos optam por brincar com bonecas, as professoras tentam explicar para as demais crianças que o menino brinca com boneca porque representa a figura de um pai, reforçando a presença masculina dentro dos papéis sociais pré-estabelecidos. Podemos perceber que o fato dos educadores e pais preocuparem-se mais com as transgressões de meninos, nas suas escolhas com os brinquedos, reside na preocupação em manter o modelo de família patriarcal, considerada por muitos como base natural e divina. Neste sentido, o fato de os professores e pais fiscalizarem as brincadeiras dos meninos, reside em um suposto receio de que possa acontecer um “desvio” na orientação sexual, tendo em vista que transgressão por parte deles constitui uma ameaça ao sistema patriarcal, ou seja, nesta estruturação, o poder do macho vê-se ameaçado.

As professoras percebem os brinquedos e brincadeiras apenas como algo que influencia no bom comportamento das crianças para aprender os conteúdos escolares, contribuindo no processo de alfabetização das crianças. Mas, em nenhum momento, colocam os brin-

quedos e brincadeiras como elementos materiais de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres.

Ao perguntarmos, para as professoras, se elas conhecem o veto da discussão da ideologia de gênero nas escolas e o que pensam sobre, relatam que não trabalham com seus alunos assuntos relacionados à questão de gênero, por ser um assunto complexo para tratar com crianças tão pequenas e porque temem represálias dos pais dos alunos, posto que eles não aceitam que os professores trabalhem tais questões. No entanto, compreendemos que os professores não devem temer as ameaças e proibições feitas por responsáveis pelas crianças, porque tal tema faz parte da formação das crianças, o que é inclusive reconhecido por documentos oficiais de educação.

As professoras não demonstram nenhum interesse na discussão sobre as questões de gênero e sexualidade na escola; compreendem que tais discussões devem partir da família. Elas revelaram falta de conhecimento sobre a categoria gênero, e o que parece, é que não têm nenhum interesse em buscar conhecê-la; defendem o padrão hegemônico do “feminino e do masculino”. As falas ainda demonstram que a escola tem negligenciado seu importante papel de desvelar a visão naturalista que perpassa as relações sociais de sexo.

Ainda acham que a introdução de tais questões deve-se dar num momento apropriado e de iniciativa dos pais. Demonstram resistência ao falar dessas questões com as crianças, por as considerarem muito pequenas para apreender esses temas. O que nos parece é que as professoras entrevistadas veem a educação apenas como capacidade de formar os alunos para futuramente se inserirem no mercado de trabalho, mas esquecem, por vezes, que a educação também pode se transformar numa atividade crítica e política, e construir canais de luta contra-hegemônica.

A título de exemplo do avanço da “onda conservadora” na educação brasileira, podemos citar uma das mais recentes afrontas do conservadorismo, que é o projeto de lei nº 867, de 2015, que tramita nas Casas legislativas e versa sobre a proposta de incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional, o Programa Escola sem Partido. Tal projeto defende a neutralidade na educação, entretanto, esta tem sido

vista como uma forma de censurar a discussão política de gênero e de sexualidade na escola, enfim uma afronta ao processo de liberdade de construção do conhecimento. É um projeto que silencia vozes, e, por vezes, reforça o patriarcado, o sexismo e o machismo.

As mentes e visões – míopes, moralistas e conservadoras que defendem tais ideias – negam a diversidade humana, o direito das crianças e adolescentes discutirem questões sobre gênero e sexualidade, silenciam vozes, e, mais, anulam a oportunidade de os sujeitos construírem espaços democráticos e de respeito às múltiplas expressões e vivências da sexualidade, e de promover a igualdade entre homens e mulheres. Desse modo, a escola é atravessada por posturas e comportamentos moralistas e religiosos no tratamento das questões de gênero nas salas de aula, e, geralmente, constroem uma série de dualismos: normal/anormal, próprio/impróprio, certo/errado, natural/não normal, dentre outros, que são introjetados na mente dos indivíduos, para que sigam uma fórmula única fixa: mulher, heterossexual e de família nuclear, constituída por mãe, pai e filhos. Todas as formas que divergem deste padrão são tratadas na via do silenciamento e, nessas questões, a escola não toca.

Entretanto, consideramos imprescindível trabalhar, no contexto escolar, assuntos relacionados à questão de gênero e à sexualidade, pois podem contribuir para a formação crítica da criança, diante de padrões engessados de comportamento e conduta, tidas como “certas” ou “erradas”, a fim de quebrar preconceitos, tabus e combater o machismo. Compreendemos que é preciso ensinar as crianças, desde cedo, a respeitar as mulheres e a diversidade humana.

Destarte, consideramos necessário uma formação continuada de professores que os tornem aptos a discutir sobre estas questões de maneira acessível e respeitosa, utilizando, por exemplo, atividades lúdicas que propiciem a assimilação e reprodução de valores pautados na igualdade e no respeito; compreendemos que a inserção do estudo de gênero nas escolas é fundamental para a promoção de uma mudança na forma de pensar, agir e comportar-se que pode contribuir para a construção de processos que promovam o respeito à diversidade.

Considerações finais

Diante do exposto e das falas, anteriormente citadas, chegamos a algumas conclusões. Sobre o modelo hegemônico de família, presente nas falas das professoras, estas deixam bem claro sua posição em relação à família tradicional, embora afirmem que buscam se manter no campo da neutralidade. O pensamento “neutro”, nos parece, é o que defende os princípios e valores conservadores.

A representação do feminino e do masculino aparece de forma fixa e rígida. O que parece é que existe um acordo de silêncio, em que, na “questão de gênero”, ninguém toca. Nota-se, aqui, contradições nas falas das professoras, que ora asseveram que tais brincadeiras fazem demarcação entre os sexos, ora não. É plausível dizer, com base nessas respostas, que o saber das professoras, em relação aos assuntos tratados, é um pouco frágil. Algumas reconheceram não ter domínio desses conteúdos, o que contribui para que o silenciamento seja a saída. Diante disto, percebe-se que a educação formal coaduna com valores sexistas, ao estabelecer comportamentos hierárquico e dicotômico entre meninas e meninos.

Ainda constatamos que as professoras incorporam, na prática profissional, princípios religiosos, que contribuem para a reprodução de práticas que reforçam os ditames do sistema patriarcal-capitalista, por meio de ensinamentos de cunho conservador, por vezes preconceituosos e estigmatizantes, à medida que acabam rejeitando a introdução da discussão de gênero, devido a suas crenças pessoais. Todas as professoras percebem as diferenças entre meninas e meninos, como algo natural, inerente à suposta natureza humana, ao passo que associam as características, e conseqüentemente os brinquedos e brincadeiras, ao sexo biológico das crianças. Ainda afirmam que os brinquedos podem influenciar na orientação sexual das crianças, sendo que apenas uma diz que não interfere, desde que a brincadeira seja coletiva. No entanto, a fala dela é permeada por contradições, ao ponto de afirmar que se fosse para presentear um menino com uma boneca, não o faria. Também acreditam que a distinção das brincadeiras e brinquedos é reflexo da sociedade, como se a escola estivesse deslocada dessa relação.

Neste prisma, a pesquisa de campo indica que ainda há muitos estereótipos no uso de brinquedos. Os resultados da pesquisa também mostram que a hierarquização e divisão de papéis, segundo o sexo, são ainda mantidas em um ambiente coletivo e público de educação infantil.

Artigo submetido em 29/05/2018

Aceito para publicação em 23/10/2018

Referências

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão**: o desenvolvimento da mulher. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Socail. Em defesa do Estado laico. **CFESS Manifesta** (edição especial). Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2015-CfessManifesta-EstadoLaico-Site.pdf>>. Acesso em: 10/02/2017.

CISNE, Mirla. Educação ou modelação alienante? Uma reflexão crítica à ideologia sexista e homofóbica. **Festim**, n. 2, v. 1, mar./2015.

CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Que homens e mulheres educamos? In: TAVARES, Jean Mac Cole; MARINHO, Zacarias (Orgs). **Educação, saberes e práticas no oeste potiguar**. Fortaleza: UFC, 2009.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maira et al. (Orgs.). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu. Recife-PE: SOS Corpo, 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Dicionário crítico do feminismo**. HIRATA, Helena [et al.] (Orgs.). São Paulo: Unesp, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 86, mar./2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. 1. ed. Porto-PT: Porto, 2000. 111p.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **O que é brinquedo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Brinquedos e indústria cultural**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VIANNA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 265-283, jul.-dez./2009.